



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco , Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
Telefone: - www.see.ac.gov.br

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, visando atender as necessidades dos alunos integrantes da Rede Estadual de Ensino, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 do FNDE, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, para o ano letivo de 2025.

ÍNDICE

1 - DO OBJETO

2 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3 – DAS CONDIÇÕES PARA CADASTRAMENTO

4 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5 – DA HABILITAÇÃO

6 – DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE VENDA

7 - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO DE VENDA

8 – DA CONTRATAÇÃO

9 – DA VIGÊNCIA

10 – DO PAGAMENTO

11 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROJETO DE VENDA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE POR DAP ou CAF/ANO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DE GÊNEROS

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI Nº 11.947/2009

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

PREÂMBULO

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEE, torna público que estará reunida no dia **20 de Dezembro de 2024 às 08h30min**, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, situada na Rua Rio Grande do Sul, Nº 1.907, Bairro Conjunto Castelo Branco, Tel.: (68) 3215 - 6035, no município de Rio Branco/AC, para abertura dos **Envelopes contendo os Documentos e os Projetos de Venda dos interessados** em participar da Chamada Pública para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, visando atender as necessidades dos alunos integrantes da Rede Estadual de Ensino, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 do FNDE, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, para o ano letivo de 2025, podendo o presente Edital ser retirado através do site <https://see.ac.gov.br/chamada-publica/>, do e-mail diel.delic@see.ac.gov.br, ou no Departamento de Licitações e Contratos - DELIC/SEE, situado na Rua Rio Grande do Sul, Nº 1.907, Bairro Conjunto Castelo Branco, Tel.: (68) 3215 - 6035, no município de Rio Branco/AC, no horário de **08:00 às 12:00h** e das **14:00 às 17:30h**, no período de **29/11/2024 à 20/12/2024**, no local acima indicado até o horário limite que antecede à abertura. O certame será regido de conformidade com a LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, LEI N.º 11.947/2009, RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 06/2020, alterada pela RESOLUÇÃO 20/2020 e RESOLUÇÃO Nº 21/2021 e Decreto Estadual 2.634/2011 e demais normas que regem a matéria.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital consiste no recebimento e seleção de projetos de venda apresentados por **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas, Grupos Informais de Agricultores Familiares e Fornecedor Individual**, para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, visando atender as necessidades dos alunos integrantes da Rede Estadual de Ensino, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 do FNDE, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, para o ano letivo de 2025.

2. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. A documentação necessária para participar deste processo de chamada pública deverá ser entregue no período de **29 de Novembro de 2024 à 20 de Dezembro de 2024, no horário das 08:00 às 12h e das 14:00 às 17h30**, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura, situada na R. Rio Grande do Sul, 1907 - Conj. Castelo Branco, Rio Branco - AC, 69911-018. Tel.: (68) 3215-6035, no município de Rio Branco/AC.

2.1.1. A sessão pública de abertura dos envelopes dos Grupos Formais, Informais e Fornecedor Individual está designada para o dia **20/12/2024 às 08h30min**, no **Auditório desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE**, no município de Rio Branco/AC, observadas todas as condições do Edital e seus anexos.

2.1.2. Após o período estabelecido no item 2.1, outros **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares** que apresentem os documentos constantes no presente edital, poderão encaminhar a documentação necessária para firmarem o **contrato de adesão**, enquanto perdurar a vigência deste edital.

2.1.3. O descrito no item **2.1.1** será praticado a partir da desistência de **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas, Grupos Informais de Agricultores Familiares e Fornecedor Individual** que tenha firmado o contrato, obedecendo à ordem de cadastramento.

2.1.4. **Local de Entrega dos documentos:** Dar-se-á na Representação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura situada na Rua Rio Grande do Sul, Nº 1.907, Bairro Conjunto Castelo Branco, Tel.: (68) 3215 - 6035, no município de Rio Branco/AC. **Presidente da Comissão: Nayla Regina da Silva**.

3. DAS CONDIÇÕES PARA CADASTRAMENTO

3.1. Poderão participar **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas, Grupos Informais de Agricultores Familiares e Fornecedor Individual** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, apresentando os documentos nele exigidos.

3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase desta chamada pública os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

1. Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
2. Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto;
3. Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
4. Reunidos sob forma de consórcio;
5. Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela chamada pública;
6. Dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela chamada pública

4. DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Para ser considerada habilitada a participar do Chamamento Público de que trata este Edital, o Grupo Formal, Informal e Fornecedor Individual deverá apresentar a documentação exigida em envelopes lacrados identificados com a inscrição externa conforme modelo abaixo, endereçado à Comissão de Chamada Pública.

4.2. O envelope deverá conter externamente a seguinte identificação:

ESTADO DO ACRE
À COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2024
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 01– DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ORIGEM:

MUNICÍPIO DO PROJETO DE VENDA:

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE:

CNPJ: ENDEREÇO:

TELEFONE:

4.3. Os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência e autenticação por servidor da Comissão nomeada pela Secretária de Estado de Educação e Cultura - SEE.

4.4. A autenticação da documentação só será feita mediante apresentação das vias **originais** que serão autenticadas pelo servidor da Comissão. A não apresentação dos originais impossibilitará a autenticação e conseqüentemente impedirá o recebimento da documentação dos Grupos Formais, Informais e Fornecedor Individual.

4.5. No caso de documentos encaminhados retirados da internet, os mesmos somente terão validade após consulta realizada pela Comissão.

4.6. Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.

4.7. Havendo falha da documentação habilitatória, desde que esta retrate situação fática ou jurídica já existente na data estipulada da abertura da Chamada Pública, será aberto o prazo para seu saneamento em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação

5. **DA HABILITAÇÃO**

5.1. **Para comprovação de Habilitação de Fornecedores Individuais, detentores de DAP ou CAF Física, não organizados em grupo (ENVELOPE I):**

5.1.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro e Pessoa Física – CPF;
- b) Extrato da DAP ou CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda

5.2. **Para os Grupos Informais de Agricultores Familiares, detentores de DAP ou CAF Física, organizadas em grupo (ENVELOPE I):**

5.2.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) A Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) O extrato da DAP ou CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas; e
- e) A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;

5.3. **Para comprovação de Habilitação de Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas detentores de DAP ou CAF Jurídica (ENVELOPE I):**

5.3.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) O extrato da DAP ou CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- g) As cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- h) O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- i) A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos cooperados;
- j) A declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados;
- k) A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas

6. **DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE VENDA**

6.1. No dia, hora e local determinados no item 02 deste Edital, deverá ser entregue à COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA, por representante legal designado pelo Grupo Formal, Informal de Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural e Fornecedores Individuais, Envelope 2, lacrado, não transparente, assim identificado:

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

**ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA DE GRUPO FORMAL DE
AGRICULTORES E EMPREENDEDORES DE BASE FAMILIAR RURAL**

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) N° DO CNPJ:

N° DA DAP ou CAF JURÍDICA (Declaração de Aptidão ao PRONAF)

6.2. No ENVELOPE N° 02 deverá conter o **PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ANEXO I**, elaborado de acordo com as seguintes condições:

- a) Ser formulado em 01 (uma) via, contendo a identificação do GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES E EMPREENDEDORES DE BASE FAMILIAR RURAL, datado e assinado pelo representante legal da organização;
- b) Haver discriminação completa do(s) gênero(s) alimentício(s) cotado(s) e especificado(s) no ANEXO I por Agricultor e Empreendedor de Base Familiar Rural, respeitando o limite individual por DAP ou CAF/ano estabelecido em Lei;
- c) Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o CNPJ E DAP ou CAF jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal;
- d) Conter o preço unitário e total de cada item, em moeda nacional do Brasil com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), de acordo com a disponibilidade de fornecimento do GRUPO FORMAL DE AGRICULTORES E EMPREENDEDORES DE BASE FAMILIAR RURAL, desde que seja informado em lista anexada ao PROJETO DE VENDA;
- e) Apresentar, no PROJETO DE VENDA DE GRUPO FORMAL, o valor total correspondente à somatória do valor individual de venda por DAP ou CAF/ano de cada Agricultor ou Empreendedor de Base Familiar Rural organizado em pessoa jurídica participante da CHAMADA PÚBLICA, obedecendo ao limite máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/ano, conforme identificação prevista no ANEXO III, e conforme Resolução/CD/FNDE n° 06, de 08 de maio de 2020 e alteração pela Resolução n° 21 de 16 de Novembro de 2021.

7. DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO DE VENDA

7.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

7.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I - o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;
- II - o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e do País;
- III - o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;
- IV - o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

7.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
 - a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP ou CAF(s);
 - b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP ou CAF(s).
- II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei n° 10.831/2003, o Decreto n° 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;
- III - os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP ou CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP ou CAF);
 - a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP ou CAF Jurídica;
 - b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas;

7.4. Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 7.2 e 7.3;

7.5. O resultado do processo de seleção será homologado pela Autoridade Superior da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, após a tramitação regular do processo;

7.6. Os grupos formais, informais e fornecedores individuais, credenciados **deverão manter durante toda a vigência do contrato, a regularidade de todas as condições de habilitação**, como também informar toda e qualquer alteração na documentação referente à habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e fiscal;

7.7. É condição para a assinatura do contrato a demonstração da regularidade e atualização de documentos.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado o contrato de acordo com a legislação vigente (conforme minuta de contrato apresentada no Anexo VIII).

8.2. A SEE convocará os selecionados para assinar o CONTRATO, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair o direito à contratação.

8.3. O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela selecionada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.4. A aquisição dos produtos descritos no anexo I somente poderá ser efetivada após a assinatura do contrato;

8.5. A entrega dos produtos descritos no anexo I, serão em conformidade com as necessidades da SEE, solicitados através do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar.

9. DA VIGÊNCIA DO EDITAL

9.1. A vigência do edital vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua publicação.

10. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. A vigência contratual dar-se-á de sua assinatura com término dentro do exercício financeiro.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada entrega, conforme quantitativo especificado nas requisições e/ou ordens de entrega;

11.2. O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo fiscal/gestor do contrato responsável pela análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

11.3. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE;

11.4. Os valores a serem pagos pela Contratante corresponderão exclusivamente aos gêneros alimentícios comprovadamente entregues pela contratada.

11.5. Os pagamentos aos **Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas detentores de DAP ou CAF Jurídica** serão realizados por meio de Cartão PNAE, mediante apresentação de documentação fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento;

11.6. Os pagamentos aos **Grupos Informais de Agricultores Familiares e Fornecedores Individuais, detentores de DAP ou CAF Física**, serão realizados por meio de Cartão PNAE ou empenho, mediante apresentação de documentação fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento;

11.7. A Contratada deverá apresentar/efetuar o cadastro de credor na Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ.

11.8. Para realização dos pagamentos por cartão bancário, será necessário que a contratada possua máquina que permita o pagamento por cartão;

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas com correrão à conta de dotação a seguir consignada:

Dotação	Programa	Elemento de Despesa	Fonte
717/001	4470 0000	33.90.30.00 Material de consumo	CARTÃO PNAE e 1.500.0100 Recursos Próprios do Estado

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

13.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF familiar/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF familiar/Ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP ou CAF jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = n° de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00.

13.3. A critério da SEE, a presente chamada pública poderá ser:

a) adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

b) revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

c) anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

13.4. A SEE poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento;

13.5. O CONTRATADO é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação designada pela SEE, que decidirá com base na legislação em vigor;

13.7. Decairá do direito de impugnar, perante a administração, os termos do presente edital de licitação aquele que, tendo aceitado sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, que viciariam hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

13.8. Outras informações sobre o presente procedimento e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado de Educação e Cultura situada à Rua Rio Grande do Sul, 1907 Tel.: (68) 3215-6035, no município de Rio Branco/AC. **Presidente da Comissão: Nayla Regina da Silva**.

13.9. Os anexos fazem parte do edital independentemente de transcrição.

Nayla Regina da Silva
Presidente

Julio Cesar Nogueira da Silva
Vice - presidente

Ângela Aparecida Silva de Araújo
Membro

Francisco Guedes Pereira
Membro

Henrique da Silva Lima
Membro

Ítala Bezerra Rosas
Membro

Jardesson Silva Araújo
Membro

Liege Moreno Francisqueti
Membro

Lorena Machado Lima
Membro

Norayra Michelle Santos de Lima
Membro



Documento assinado eletronicamente por **JARDESSON SILVA ARAUJO, Chefe de Divisão**, em 28/11/2024, às 14:58, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIEGE MORENO FRANCISQUETI, Gestora de Políticas Públicas**, em 28/11/2024, às 14:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAYLA REGINA DA SILVA, Cargo Comissionado**, em 28/11/2024, às 15:03, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LORENA MACHADO LIMA, Chefe de Divisão**, em 28/11/2024, às 15:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **NORAYRA MICHELLE SANTOS DE LIMA, Chefe de Núcleo**, em 28/11/2024, às 15:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GUEDES PEREIRA, Professor**, em 28/11/2024, às 16:54, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DA SILVA LIMA, Cargo Comissionado**, em 02/12/2024, às 07:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ITALA BEZERRA ROSAS, Cargo Comissionado**, em 02/12/2024, às 10:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA APARECIDA SILVA DE ARAÚJO**, Cargo **Comissionado**, em 02/12/2024, às 10:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA**, **Chefe de Departamento**, em 02/12/2024, às 14:54, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0013434473** e o código CRC **B2A054CD**.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1- ÓRGÃO SOLICITANTE:

1.1 Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.

2- MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1 **Modalidade:** Chamada Pública

3- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

3.1 **Programa:** 717.001.4470.0000 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.2 **Código de Despesa:** 33.90.30.00

3.3 **Fontes de Recursos:** 1.500.0100 (Recursos Próprios do Estado) e 1.552.0200 (Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE)

4- DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO:

- Capacitação
- Equipamento de Apoio
- Equipamento de TI
- Consultoria/Auditoria/Assessoria
- Despesa de Custeio
- Bens de Consumo
- Material Permanente

5- **UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE:** Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar.

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

1- OBJETO SINTÉTICO:

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, visando atender as necessidades dos alunos integrantes da Rede Estadual de Ensino, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 do FNDE, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, para o ano letivo de 2025.

2- DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS:

2.1 O objeto deste Termo consiste na contratação das seguintes aquisições:

ITEM (01)	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS (02)	UNID. (03)	QUANT. (04)	VALOR UNITÁRIO (05)	VALOR TOTAL (06)
	ABACATE REGIONAL. - DE 1ª QUALIDADE; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO				

1	E TRANSPORTE; PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM.; DETERMINADOS PELA ANVISA. GRAU DE MATURAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, APROPRIADO PARA CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	40.242	R\$ 16,88	R\$ 679.284,96
2	ABACAXI FRUTA; LIMPA DE PRIMEIRA AUSENCIA DE PARASITAS; SUJIDADES; LARVAS E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A CASCA.. - NÃO DANIFICADOS POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETEM SUA APARÊNCIA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS. GRAU DE MATURAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, APROPRIADO PARA CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	73.842	R\$ 10,88	R\$ 803.400,96
3	ACAI; NATURAL. - REFRIGERADO OU CONGELADO; BRANQUEADO; FRUTA SELECIONADA, PURO; SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR; EMBALAGEM PLÁSTICA 1 LITRO; COM DATA DE VALIDADE; IDENTIFICAÇÃO DA PROCEDÊNCIA; LOTE; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E ORIENTAÇÕES DE CONSERVAÇÃO.	L	58.618	R\$ 19,28	R\$ 1.130.155,04
4	ALFACE; FRESCA; DE 1ª QUALIDADE - TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME; BEM DESENVOLVIDA; FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. SEM UMIDADE EXTERIOR, FIRMES, NÃO APRESENTANDO CORTES, FISSURAS, COLORAÇÕES E MANCHAS AMARELADAS, CINZENTAS, AZUIS, NEGRAS OU DE FERRUGEM. EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS ATACADOS POR PODRIDÃO OU QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS PARA CONSUMO. PESO LÍQUIDO MÉDIO 200G POR MAÇO	UN	105.125	R\$ 6,94	R\$ 729.567,50
5	BANANA COMPRIDA - OU BANANA DA TERRA; PRODUTO DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO A GRANDE, CONSISTÊNCIA ÍNTEGRA E COM GRAU DE MATURAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE E QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS QUE APRESENTEM A CASCA COM FUNGOS, OU PODRIDÃO QUE TORNE IMPRÓPRIO PARA CONSUMO. O PRODUTO DEVERÁ SER PESADO SEM O MANGARÁ.	KG	51.082	R\$ 10,45	R\$ 533.806,90
6	BANANA REGIONAL EXCETO COMPRIDA - EM PENCAS; DE 1ª QUALIDADE; TAM. E COLOR. UNIFORMES; POLPA FIRME E INTACTA; BEM DESENVOLVIDA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS. DO MANUSEIO E TRANSP. PRODUTO COM GRAU DE MATURAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, APROPRIADO PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	123.239	R\$ 10,45	R\$ 1.287.847,55
7	BATATA DO TIPO DOCE. - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO GRANDES OU MÉDIO, UNIFORMES, INTEIROS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, CASCA LISA E COM BRILHO, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TERRA ADERIDA À SUPERFÍCIE EXTERNA.	KG	29.751	R\$ 10,70	R\$ 318.335,70
8	CASTANHA DO BRASIL DESCASCADA E DESIDRATADA - TAMANHO MÉDIO OU GRANDE; LIVRE DE SUJIDADES OU MATERIAIS ESTRANHOS. COM RÓTULO E INFORMAÇÕES DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EM SACO HERMÉTICAMENTE VEDADO. PACOTE DE 500G. PERÍODO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 11 (ONZE) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	UN	11.031	R\$ 35,21	R\$ 388.401,51
9	CHEIRO VERDE (CEBOLINHA E COENTRO); FRESCA DE 1º QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA. EXCLUI-SE PRODUTO COM PARTES QUEIMADAS, CONTENDO MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. ORGANIZADO EM MAÇOS COM PESO LÍQUIDO MÉDIO DE 50G. - ENTREGUE EM SACO PLÁSTICO.	UN	553.359	R\$ 5,62	R\$ 3.109.877,58
10	CHICORIA FRESCA. - DE 1º QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA. EXCLUI-SE PRODUTO COM PARTES QUEIMADAS, CONTENDO MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. ORGANIZADO EM MAÇOS COM PESO LÍQUIDO MÉDIO DE 25G. ENTREGUE EM SACO PLÁSTICO.	UN	305.899	R\$ 5,62	R\$ 1.719.152,38
11	COLORÍFICO/COLORAU; CONDIMENTO EM PÓ; DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR AVERMELHADA; PRODUTO OBTIDO DO PÓ FINO DE URUCUM, LIVRE DE SUJIDADES OU MATERIAIS ESTRANHOS. COM RÓTULO E INFORMAÇÕES DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE HERMÉTICAMENTE VEDADO - NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PACOTE DE 500G. PERÍODO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 11 (ONZE) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	UN	8.733	R\$ 18,10	R\$ 158.067,30

12	COUVE DE 1ª QUALIDADE; SEM LARVAS E SUJIDADES - TAMANHOS UNIFORMES; ASPECTO FIRME; BEM DESENVOLVIDA; ISENTA DE ENFERMIDADES; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SEM DANOS FÍSICOS; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. ORGANIZADO EM MAÇOS COM PESO LÍQUIDO MÉDIO DE 100G. ENTREGUE EM SACO PLÁSTICO.	UN	237.324	R\$ 5,58	R\$ 1.324.267,92
13	DOCE DE BANANA; COM ADICAO DE ACUCAR; ARMAZENADO; TRANSPORTADO E ARMAZENADO EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM; DISSOLVAM OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS; QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR; EMBALAGEM CONTENDO 30GR; - QUE DEVE SER EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR UNIDADE, COM EMBALAGEM SECUNDÁRIA CONTENDO 100 UNIDADES, NAS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES PARA A EMBALAGEM: DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, TRANSPARENTE, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE MÍNIMA A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	280.523	R\$ 1,95	R\$ 547.019,85
14	FARINHA DE MANDIOCA - REGIONAL; BRANCA, SECA, FINA. PACOTE COM 1KG. TORRADA, DE 1ª QUALIDADE, TIPO SIMPLES, FINA. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PREENCHIDA. ISENTA DE SUJIDADES, LARVAS, FUNGOS, PARASITAS, COMO DE QUALQUER OUTRO FRAGMENTO ESTRANHO, LIVRE DE UMIDADE E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. PERÍODO DE VALIDADE DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	132.420	R\$ 11,48	R\$ 1.520.181,60
15	FARINHA DE TAPIOCA; SUBGRUPO GRANULADA; TIPO 1; EMBALAGEM; SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE; ATÓXICO. - ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG; INVOLÁVEL E RESISTENTE, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. NA EMBALAGEM DEVE CONTER A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE DE 12 MESES.	KG	18.324	R\$ 41,38	R\$ 758.247,12
16	FEIJAO; REGIONAL - TIPO 1, PACOTE COM 1KG EMBALAGEM; SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO. TRANSPARENTE; ATÓXICO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG; INVOLÁVEL E RESISTENTE, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. NA EMBALAGEM DEVE CONTER A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE VALIDADE DE 12 MESES.	KG	124.195	R\$ 8,25	R\$ 1.024.608,75
17	FRANGO; EM CORTES; COXA E SOBRECOXA; SEM TEMPERO; CONGELADO; VALIDADE MINIMA DE 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO; - (OU QUALQUER PRODUTO QUE NÃO ALTERE SUAS CARACTERÍSTICAS IN NATURA), APRESENTANDO COR CARACTERÍSTICA (NATURAL), TEXTURA FIRME, SUPERFÍCIE SEM LIMOSIDADE E VISCOSIDADE, FÁCIL VISUALIZAÇÃO, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA TIPO CAIXA DE PAPELÃO COM PESO ENTRE 18 OU 20 KG.	KG	58.143	R\$ 21,25	R\$ 1.235.538,75
18	FRANGO; EM CORTES; TIPO PEITO; CONGELADO; SEM TEMPERO - (OU QUALQUER OUTRO PRODUTO QUE ALTERE SUAS CARACTERÍSTICAS IN NATURA); ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO; APRESENTANDO COR CARACTERÍSTICA (NATURAL), TEXTURA FIRME, SUPERFÍCIE SEM LIMOSIDADE E VISCOSIDADE. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO ATÓXICO E INVOLÁVEL, DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM SECUNDÁRIA TIPO CAIXA DE PAPELÃO COM PESO ENTRE 18 OU 20 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES.	KG	59.771	R\$ 24,07	R\$ 1.438.687,97
19	INHAME PRODUTO DE BOA QUALIDADE E SEM DEFEITOS GROSSEIROS; COMO RACHADURAS; PERFURAÇÕES E CORTES; COM ASPECTO; AROMA E SABOR TÍPICOS DO PRODUTO; LIVRES DE UMIDADE EXTERNA; POLPA BRANCA OU AMARELADA E DE ASPECTO FRESCO. -	KG	15.135	R\$ 9,10	R\$ 137.728,50
20	IOGURTE SABORES VARIADOS; PASTEURIZADO; APRESENTANDO TEOR MÍNIMO; CADA EMBALAGEM; SACHÊ; APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS; ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 100G; - COM VALIDADE MÍNIMA DE 25 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	830.444	R\$ 2,16	R\$ 1.793.759,04

21	JAMBU PRÉ COZIDO SELECIONADO - EM PACOTE, ISENTO DE FOLHAS AMARELADAS, PERFURADAS, MURCHAS E ESTRAGADAS, EMBALAGEM; SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, COM DATA DE EMBALAGEM E VALIDADE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ORGANIZADO EM MAÇOS COM PESO LÍQUIDO MÉDIO DE 100G. ENTREGUE EM SACO PLÁSTICO COM PESO MÍNIMO DE 1KG ATÉ 5KG	KG	3.907	R\$ 59,06	R\$ 230.747,42
22	JERIMUM OU ABOBORA LAVADO E SECO ADEQUADAMENTE SEM UMIDADE EXTERIOR; FIRMES; NAO GERMINADAS; NAO APRESENTANDO CORTES; FISSURAS; COLORACOES E MANCHAS VERDES; CINZENTAS; AZUIS; NEGRAS OU DE FERRUGEM; EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS ATACADOS POR PODRIDAO - OU QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS PARA O CONSUMO. ENTREGUE INTEIRA (NÃO FATIADA). PRODUTO COM NÍVEL DE MATUREZAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA.	KG	72.820	R\$ 9,64	R\$ 701.984,80
23	LARANJA; IN NATURA - DE 1ª QUALIDADE, FIRMES; NÃO APRESENTANDO CORTES; FISSURAS; COLORAÇÕES E MANCHAS VERDES; CINZENTAS; AZUIS; NEGRAS OU DE FERRUGEM. - EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS ATACADOS POR PODRIDÃO OU QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS PARA O CONSUMO. PRODUTO COM NÍVEL DE MATUREZAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, ADEQUADO PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	75.584	R\$ 8,55	R\$ 646.243,20
24	LIMAO; REGIONAL - DE 1ª QUALIDADE; FRESCO; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA. - PRODUTO COM NÍVEL DE MATUREZAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, ADEQUADA PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	21.103	R\$ 10,34	R\$ 218.205,02
25	MAMAO; REGIONAL - DE 1ª QUALIDADE; LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATUREZAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS APRESENTANDO CORTES, FISSURAS, COLORAÇÕES E MANCHAS VERDES, AMARELAS, CINZENTAS, AZUIS, NEGRAS OU DE FERRUGEM, ATACADOS POR PODRIDÃO OU QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS PARA O CONSUMO.	KG	78.726	R\$ 14,57	R\$ 1.147.037,82
26	MANDIOCA MACAXEIRA - TIPO BRANCA/AMARELA; DE 1ª QUALIDADE; RAÍZES GRANDES A MÉDIAS, COR PRÓPRIA DA ESPÉCIE E UNIFORME, FRESCAS, INTEIRAS, SEM FERIMENTOS, DEFEITOS OU MANCHAS, SEM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS NA SUPERFÍCIE EXTERNA E SEM UMIDADE	KG	38.607	R\$ 7,96	R\$ 307.311,72
27	MANGA REGIONAL - DE 1ª QUALIDADE; FRESCO; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; POLPA FIRME E INTACTA. DEVENDO SER ENTREGUE COM NÍVEL DE MATUREZAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO NA SEMANA DA ENTREGA. SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	34.480	R\$ 9,98	R\$ 344.110,40
28	MANTEIGA; COM SAL, EMBALAGEM COM 500G. - ELABORADA ATRAVÉS DO CREME DE LEITE PASTEURIZADO; APRESENTANDO UM BOM ASPECTO SENSORIAL, COM AUSÊNCIA DE DETRITOS, SUJIDADES, INSETOS OU CORPOS ESTRANHOS DE QUALQUER NATUREZA, COM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E INDICAÇÃO DE ROTULAGEM NA EMBALAGEM ORIGINAL DO PRODUTO COM AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS VALIDADE MÍNIMA DE 2 (DOIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	11.168	R\$ 31,58	R\$ 352.685,44
29	MAXIXE VERDE - FRESCO; DE PRIMEIRA; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO; ISENTO DE ENFERMIDADES; LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; SEM DANOS FÍSICOS;	KG	14.261	R\$ 18,86	R\$ 268.962,46
30	MELANCIA . - DE 1ª QUALIDADE; CASCA LIVRE DE FUNGOS; CONSISTÊNCIA ÍNTEGRA E COM MATUREZAÇÃO NATURAL, CONFORME SOLICITADO PELA UNIDADE. EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTOS ATACADOS POR PODRIDÃO OU QUAISQUER ALTERAÇÕES QUE OS TORNEM IMPRÓPRIOS PARA O CONSUMO.	KG	97.687	R\$ 7,25	R\$ 708.230,75

31	OVO DE GALINHA. - TAMANHO MÉDIO OU GRANDE; COM PESO LÍQUIDO DE APROXIMADAMENTE 50G; LIMPOS; EMBALADOS DENTRO DE CAIXAS; EM CARTELAS; COM 30 UNIDADES; APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO; E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS; VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS; A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	1.001.717	R\$ 1,70	R\$ 1.702.918,90
32	PESCADO SEM ESPINHA; REGIONAL CONGELADO - SEM GORDURA CARNE DE PEIXE SADIO; LIVRE DE PARASITAS; ESCAMAS, OSSOS, ESPINHAS; CABEÇA VÍSCERAS E CARTILAGENS; ALÉM DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E QUAISQUER OUTROS CONTAMINANTES CAPAZES OU NÃO DE MASCARAR OU ENCOBRIR POSSÍVEIS ALTERAÇÕES DO PESCADO. ACONDICIONADO EM PACOTE DE 800G. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR CONGELADO, EM CONDIÇÕES PARA ARMAZENAMENTO. SOMENTE SERÁ RECEBIDO O PRODUTO QUE TENHA DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGENS: DEVEM SER CONFECCIONADAS EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, ATÓXICA, APROPRIADA PARA CONTATO DIRETO COM O ALIMENTO, COM LACRES, ETIQUETAS ADESIVADAS COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E GARANTIA DE INVIOABILIDADE.O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER MÍNIMA DE 04 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	43.099	R\$ 62,66	R\$ 2.700.583,34
33	PEPINO; COMUM; EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO; CASCA COM COLORACAO VERDE ESCURA; TEXTURA DA POLPA MACIA; SEM ASPECTOS DE PODRIDAO; FERIMENTO; DEFORMACAO GRAVE; PASSADO; VIROSE; MURCHO. -	KG	35.653	R\$ 11,91	R\$ 424.627,23
34	PIMENTA DE CHEIRO . - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES, COMO TAMBÉM MANCHAS BOLORES E SUJIDADE. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE EM SACO PLÁSTICO ADEQUADO.	KG	22.112	R\$ 29,68	R\$ 656.284,16
35	PIMENTAO; VERDE; BOA QUALIDADE; GRAUDO; COM POLPA FIRME E INTACTA; ISENTO DE ENFERMIDADES; MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL; LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES; SUJIDADES; PARASITAS E LARVAS; - SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA; RACHADURAS; PRODUTO COM NÍVEL DE MATUREAÇÃO SOLICITADO PELA UNIDADE, ADEQUADO PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA. ENTREGUE EM SACO TELADO OU CAIXA REFORÇADA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS	KG	6.896	R\$ 26,21	R\$ 180.744,16
36	POLPA DE FRUTA; AÇAÍ; EMBALAGEM COM 01 QUILO. - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	11.073	R\$ 24,30	R\$ 269.073,90
37	POLPA DE FRUTA; ACEROLA; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	21.765	R\$ 22,64	R\$ 492.759,60
38	POLPA DE FRUTA; CAJÁ; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	20.463	R\$ 22,22	R\$ 454.687,86
39	POLPA DE FRUTA; CAJU; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	21.765	R\$ 22,67	R\$ 493.412,55
40	POLPA DE FRUTA; CUPUAÇU; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	21.765	R\$ 22,22	R\$ 483.618,30

41	POLPA DE FRUTA; GOIABA; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO	KG	21.765	R\$ 22,01	R\$ 479.047,65
42	POLPA DE FRUTA; CONGELADA; DE GRAVIOLA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA PESANDO 1 KG. - SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	21.765	R\$ 26,64	R\$ 579.819,60
43	POLPA DE FRUTA; MANGA; EMBALAGEM COM 01 QUILO - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO	KG	20.463	R\$ 22,04	R\$ 451.004,52
44	POLPA DE FRUTA; MARACUJÁ; EMBALAGEM COM 01 QUILO. - DE SACO PLÁSTICO ATÓXICO, INVOLÁVEL E RESISTENTE, APRESENTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DEVIDAMENTE PREENCHIDAS E ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES QUÍMICOS OU ADITIVOS DE QUALQUER NATUREZA. DEVENDO SER TRANSPORTADO SOB REFRIGERAÇÃO.	KG	21.765	R\$ 38,00	R\$ 827.070,00
45	QUEIJO; MUSSARELA. FATIADO E RESFRIADO (0 A 7°C); 1KG - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, E A ROTULAGEM COM AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO, RESISTENTE, ATÓXICO E TRANSPARENTE, HERMÉTICAMENTE VEDADO. PERÍODO DE VALIDADE MÍNIMO DE 03 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. A ENTREGA PODE SER EM EMBALAGENS DE 1KG OU 500G, CONFORME SOLICITADO.	KG	11.600	R\$ 68,90	R\$ 799.240,00
46	TANGERINA; FRUTA. - BEM CONSERVADA; TAMANHO MÉDIO OU GRANDE. SEM DEFORMAÇÃO, AUSÊNCIA DE DANOS MECÂNICOS, NÃO APRESENTANDO CORTES, FISSURAS, COLORAÇÕES E/OU MANCHAS CINZENTAS, AZUIS, NEGRAS OU DE FERRUGEM, OU QUALQUER ALTERAÇÃO QUE TORNE IMPRÓPRIA PARA O CONSUMO. DEVE SER ENTREGUE EM ESTÁGIO DE MATUREZA SOLICITADO PELA UNIDADE, ADEQUADO PARA CONSUMO NA SEMANA DA ENTREGA. TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS.	KG	79.490	R\$ 10,93	R\$ 868.825,70
47	TEMPERO; CASEIRO. - DESIDRATADO; COMPOSIÇÃO BÁSICA: ALHO, CEBOLA, SALSA, CEBOLINHA E SAL. ISENTO DE PIMENTA, GLUTAMATO MONOSSÓDICO E SAIS SÓDICOS. COM RÓTULO E INFORMAÇÕES DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE HERMÉTICAMENTE VEDADO. PERÍODO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 11 (ONZE) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. PRODUTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 500G.	UN	2.604	R\$ 32,20	R\$ 83.848,80
48	TUCUPI; LÍQUIDO DE COR AMARELA FORTE; EXTRAÍDO DA RAIZ DA MANDIOCA DESCASCADA; RALADA E ESPREMIDA; EMBALAGENS DE 1 LITRO; DEVIDAMENTE REGISTRADO EM ORGAO FISCALIZADOR. - CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DA PROCEDÊNCIA; LOTE; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E ORIENTAÇÕES DE CONSERVAÇÃO. EXCLUI-SE O RECEBIMENTO DE PRODUTO COM A PRESENÇA DE SUJIDADE, PARASITAS, FRAGMENTOS DE INSETOS E PEDAÇOS DAS PARTES DO VEGETAL, E TAMBÉM SINAIS DE FERMENTAÇÃO NO RESPECTIVO PRODUTO. DEVE SER EMBALADO CORRETAMENTE, EM SACOS PLÁSTICOS ATÓXICOS, TRANSPARENTES, DE MODO A MANTER AS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO PRODUTO E SER RESISTENTE AO MANUSEIO E TRANSPORTE.	L	7.813	R\$ 8,81	R\$ 68.832,53
49	VAGEM DA REGIÃO - TALO INTEIRO; BOA QUALIDADE; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; LAVADO; SECO ADEQUADAMENTE SEM UMIDADE EXTERIOR; FIRMES; NÃO GERMINADAS; NÃO APRESENTANDO CORTES; FISSURAS; COLORAÇÕES E MANCHAS VERDES; CINZENTAS; AZUIS; NEGRAS OU - MARCAS DE FERRUGEM. DEVENDO SER ENTREGUE EM NÍVEL DE MATUREZA, SOLICITADO PELA ADEQUADO PARA O CONSUMO NA SEMANA DE ENTREGA.	KG	26.175	R\$ 22,20	R\$ 581.085,00

VALOR TOTAL

R\$ 38.160.939,71

3 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A AQUISIÇÃO:

3.1 A presente aquisição visa atender aos alunos da rede estadual de ensino, através do fornecimento de alimentação escolar de qualidade, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis ao corpo, por meio de ações de educação alimentar, nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades durante o período letivo.

3.2 A alimentação escolar adequada é um direito fundamental, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população escolar. Em razão disso, a Constituição da República assegurou o dever do Estado em atender ao educando através de programas suplementares de alimentação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação ser efetivado mediante a garantia de:

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

3.3 Em razão disso, a União editou a Lei n.º11.947/2009, dispondo acerca do atendimento nutricional dos alunos. Entre outros, esta Lei definiu como diretriz da alimentação escolar o apoio ao desenvolvimento sustentável, incluindo incentivos para aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar: V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

3.4 Ademais, criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme o art. 4º:

Art. 4º - O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais durante o período letivo.

3.5 No âmbito do referido programa, a União – por meio do FNDE – repassa recursos aos entes federativos para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar:

Art. 5º - Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas às disposições desta Lei. § 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

§ 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de Dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

§ 5º Para os fins desse artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I – creches, pré-escola e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

II – creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

3.6 A referida Lei criou hipótese de dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural e suas organizações:

Art. 14. Do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

3.7 Deste modo, esta Chamada Pública, tem como objetivo, garantir a aquisição de produtos naturais e de melhor qualidade, atender as particularidades agrícolas locais, respeitando os hábitos alimentares regionalizados, buscando o menor custo possível dos alimentos e de priorizar os agricultores familiares de menor porte, visando a participação de Grupos Formais, Grupos Informais ou Fornecedores Individuais.

3.8 Tendo em vista que a alimentação escolar é um direito resguardado pela Constituição Federal, estabelecido como programa suplementar a educação, é de responsabilidade do Estado garantir que os estudantes da Rede Estadual de Ensino recebam alimentação durante o período em que estiverem na escola, promovendo e garantindo assim, uma alimentação regular àqueles que necessitem de atenção específica e encontram-se em estado de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar, com acesso igualitário. Portanto a nutrição adequada, equilibrada e diversificada é essencial para o rendimento escolar dos alunos.

4 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

4.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas unidades escolares constantes na tabela abaixo, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, conforme Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar, nos seguintes horários: 07:00h00min às 11h00min e das 13:30h00min às 16h00min, não podendo ocorrer atrasos ou falta de gêneros alimentícios de acordo com o cronograma previamente entregue pela SEE, salvo por motivo justo e justificado, em documento oficial aceito pela SEE.

4.2. O prazo de entrega para os produtos não perecíveis será de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pelo Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar.

4.2.1. A entrega dos gêneros alimentícios perecíveis deverá ocorrer com antecedência de 48 horas ao período previsto para consumo do produto pela unidade escolar, conforme previsto nas guias de entrega repassado à empresa contratada pela Divisão de Logística da Alimentação Escolar.

Nº	Município	Localização	Nome da Escola
1	ACRELANDIA	Rural	ESC FAMILIA AGRICOLA JEAN PIERRE MINGAN
2	ACRELANDIA	Rural	ESC MARIA DE JESUS RIBEIRO
3	ACRELANDIA	Rural	ESC SANTA LUCIA III
4	ACRELANDIA	Urbana	ESC MARCILIO PONTES DOS SANTOS
5	ACRELANDIA	Urbana	ESC PROF PEDRO DE CASTRO MEIRELES
6	CAPIXABA	Rural	ESC NOVA ESPERANCA
7	CAPIXABA	Rural	ESC ARISTON FERREIRA DA CUNHA
8	CAPIXABA	Urbana	ESC ARGENTINA PEREIRA FEITOSA
9	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC SAO JOAO
10	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC SANTA RITA DE CASSIA
11	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC ANTONIA DOS REIS AZEVEDO
12	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC MANOEL BARROS
13	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC FLAVIA BARROS PIMENTEL
14	PLACIDO DE CASTRO	Urbana	ESC JOSE FRANCISCO DA SILVA
15	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC SAO LUIZ GONZAGA
16	PLACIDO DE CASTRO	Rural	ESC CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICO JOAO DE DEUS
17	PLACIDO DE CASTRO	Urbana	ESC JOAO RICARDO DE FREITAS
18	PLACIDO DE CASTRO	Urbana	ESC FRANKLIN ROOSEVELT
19	PORTO ACRE	Rural	ESC SANTA FE
20	PORTO ACRE	Rural	ESC CENTRAL DO ANDIRA
21	PORTO ACRE	Rural	ESC NOSSA SENHORA AUXILIADORA
22	PORTO ACRE	Rural	ESC VITORIA
23	PORTO ACRE	Rural	ESC SAO RAIMUNDO NONATO
24	PORTO ACRE	Urbana	ESC CEL JOSE PLACIDO DE CASTRO
25	PORTO ACRE	Rural	ESC UNIAO E PROGRESSO
26	PORTO ACRE	Rural	ESC JADER SARAIVA MACHADO
27	PORTO ACRE	Rural	ESC EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO
28	RIO BRANCO	Rural	ESC FRANCISCO CARNEIRO DE LIMA
29	RIO BRANCO	Rural	ESC FLORENTINA ESTEVES
30	RIO BRANCO	Rural	ESC ALCIDES GUILHERME DE AMORIM
31	RIO BRANCO	Rural	ESC FLOR DO CAMPO
32	RIO BRANCO	Rural	ESC CAPATARA
33	RIO BRANCO	Rural	ESC BOM JARDIM
34	RIO BRANCO	Rural	ESC ALTO ALEGRE I
35	RIO BRANCO	Rural	ESC MONTE VIDEL
36	RIO BRANCO	Rural	ESC VISAO DE AGUIA
37	RIO BRANCO	Rural	ESC DONA GERALDA
38	RIO BRANCO	Rural	ESC MONTE ALEGRE
39	RIO BRANCO	Rural	ESC ADERALDO CORDEIRO BRASIL
40	RIO BRANCO	Rural	ESC CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA ROBERVAL CARDOSO
41	RIO BRANCO	Rural	ESC ENCANTO DA FLORESTA
42	RIO BRANCO	Rural	ESC AIRTON SENA II
43	RIO BRANCO	Rural	ESC BOA FE III
44	RIO BRANCO	Rural	ESC RAIMUNDA ANELI
45	RIO BRANCO	Rural	ESC UIRAPURU
46	RIO BRANCO	Rural	ESC SAO FRANCISCO I
47	RIO BRANCO	Rural	ESC NOVA ESPERANCA I
48	RIO BRANCO	Rural	ESC NOVO PARAISO
49	RIO BRANCO	Rural	ESC ADOLFO BARBOSA LEITE
50	RIO BRANCO	Rural	ESC VERDES FLORESTAS
51	RIO BRANCO	Rural	ESC AGUA VIVA
52	RIO BRANCO	Rural	ESC CUMARU
53	RIO BRANCO	Rural	ESC FIGUEIRA
54	RIO BRANCO	Rural	ESC ENA OLIVEIRA DE PAULA
55	RIO BRANCO	Rural	ESC MANOEL DA CUNHA NETO
56	RIO BRANCO	Rural	ESC MANOEL BARBOSA
57	RIO BRANCO	Rural	ESC ORVALHO DA FLORESTA
58	RIO BRANCO	Rural	ESC SANTA LUCIA II
59	RIO BRANCO	Rural	ESC CANTO DO SABIA
60	RIO BRANCO	Rural	ESC FLORESTA

61	RIO BRANCO	Rural	ESC BOM JESUS
62	RIO BRANCO	Rural	ESC DR AUGUSTO MONTEIRO
63	RIO BRANCO	Urbana	ESC ELIAS MANSOUR SIMAO FILHO
64	RIO BRANCO	Rural	ESC OSCAR FELICIO DE SOUZA
65	RIO BRANCO	Rural	ESC CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA DE SALES
66	RIO BRANCO	Rural	ESC ALTO ALEGRE II
67	RIO BRANCO	Rural	ESC BEIJA FLOR
68	RIO BRANCO	Rural	ESC MANUEL TIAGO LINDOSO
69	RIO BRANCO	Rural	ESC AGNALDO MORENO
70	RIO BRANCO	Rural	ESC 25 DE JULHO
71	RIO BRANCO	Rural	ESC NOVA ESPERANCA
72	RIO BRANCO	Rural	ESC PROF DALVA DE SOUZA DAS NEVES
73	RIO BRANCO	Rural	ESC ERCILIA FEITOSA GOMES
74	RIO BRANCO	Rural	ESC WILSON PINHEIRO
75	RIO BRANCO	Rural	ESC TUFI ASMAR
76	RIO BRANCO	Urbana	ESC DR FLAVIANO FLAVIO BATISTA
77	RIO BRANCO	Urbana	ESC CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICO DE GASTRONOMIA E HOSPITALIDADE
78	RIO BRANCO	Rural	ESC JORGE KALUME
79	RIO BRANCO	Urbana	ESC JORNALISTA JOSE CHALUB LEITE
80	RIO BRANCO	Rural	ESC SAO CAMILO
81	RIO BRANCO	Urbana	ESC CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DOM BOSCO
82	RIO BRANCO	Urbana	ESC INTEGRAL ESTER MAIA DE OLIVEIRA
83	RIO BRANCO	Rural	ESC ARACY CERQUEIRA
84	RIO BRANCO	Rural	ESC PROF IRENE DANTAS DO NASCIMENTO
85	RIO BRANCO	Urbana	ESC RAMONA MULA PASTOR DE CASTRO
86	RIO BRANCO	Urbana	ESC CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL CAMPOS PEREIRA
87	RIO BRANCO	Urbana	ESC SAO FRANCISCO DE ASSIS I
88	RIO BRANCO	Urbana	ESC IRACEMA GOMES PEREIRA
89	RIO BRANCO	Urbana	ESC DARQUINHO
90	RIO BRANCO	Urbana	ESC DR CARLOS VASCONCELOS
91	RIO BRANCO	Rural	ESC MAJOR JOAO CANCIO
92	RIO BRANCO	Urbana	ESC CLARISSE FECURY
93	RIO BRANCO	Rural	ESC RUY AZEVEDO
94	RIO BRANCO	Urbana	ESC INTEGRAL PROFESSOR MARCIO BESTENE KOURY
95	RIO BRANCO	Rural	ESC DR SANTIAGO DANTAS
96	RIO BRANCO	Urbana	ESC AUREA PIRES MONTES DE SOUZA
97	RIO BRANCO	Urbana	ESC MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO
98	RIO BRANCO	Urbana	ESC SAMUEL BARREIRA
99	RIO BRANCO	Urbana	ESC HUMBERTO SOARES DA COSTA
100	RIO BRANCO	Rural	ESC SANTO ANTONIO II
101	RIO BRANCO	Rural	ESC CAPITAO EDGAR CERQUEIRA FILHO
102	RIO BRANCO	Urbana	ESC BOA UNIAO ENSINO JOVEM
103	RIO BRANCO	Urbana	ESC DUQUE DE CAXIAS
104	RIO BRANCO	Urbana	ESC ANITA GARIBALDI
105	RIO BRANCO	Urbana	ESC MOZART DONIZET
106	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF ALMADA BRITO
107	RIO BRANCO	Urbana	ESC MADRE HILDEBRANDA DA PRA
108	RIO BRANCO	Rural	ESC MANOEL MACHADO
109	RIO BRANCO	Urbana	ESC MARIA CHALUB LEITE
110	RIO BRANCO	Urbana	ESC INSTITUTO DE EDUCACAO LOURENCO FILHO
111	RIO BRANCO	Urbana	ESC FREI THIAGO MARIA MATIOLLI
112	RIO BRANCO	Urbana	ESC GEORGETE ELUAN KALUME
113	RIO BRANCO	Urbana	ESC JORNALISTA ARMANDO NOGUEIRA
114	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROFESSOR JOSUE FERNANDES
115	RIO BRANCO	Urbana	ESC SANTA MARIA II
116	RIO BRANCO	Urbana	ESC BELO JARDIM
117	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF RAIMUNDA SILVA PARA
118	RIO BRANCO	Urbana	ESC AYRTON SENNA DA SILVA
119	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF CRISTINA MAIA
120	RIO BRANCO	Urbana	ESC LINDAURA MARTINS LEITAO
121	RIO BRANCO	Urbana	ESC MARIA RAIMUNDA BALBINO
122	RIO BRANCO	Urbana	ESC NATALINO DA SILVEIRA BRITO
123	RIO BRANCO	Urbana	ESC SEBASTIAO PEDROSA
124	RIO BRANCO	Urbana	ESC CLINIO BRANDAO

125	RIO BRANCO	Urbana	ESC GOVERNADOR JOSE AUGUSTO
126	RIO BRANCO	Urbana	ESC REINALDO PEREIRA DA SILVA
127	RIO BRANCO	Urbana	ESC GLORIA PEREZ
128	RIO BRANCO	Urbana	ESC MARIA ANGELICA DE CASTRO
129	RIO BRANCO	Urbana	ESC FREI ANDRE MARIA FICARELLI
130	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOSE SALES DE ARAUJO
131	RIO BRANCO	Urbana	ESC RAIMUNDO BORGES DA COSTA
132	RIO BRANCO	Urbana	ESC FRANCISCO SALGADO FILHO
133	RIO BRANCO	Rural	ESC SAO PEDRO I
134	RIO BRANCO	Urbana	ESC LUIZA BATISTA DE SOUZA
135	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOAO PAULO I
136	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOSE RIBAMAR BATISTA
137	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF ILKA MARIA DE LIMA
138	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOAO PAULO II
139	RIO BRANCO	Urbana	ESC SENADOR ADALBERTO SENA
140	RIO BRANCO	Urbana	ESC CIVICO MILITAR WILSON BARBOSA
141	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF CLICIA GADELHA
142	RIO BRANCO	Urbana	ESC ROBERTO SANCHES MUBARAC
143	RIO BRANCO	Urbana	ESC ALCIMAR NUNES LEITAO
144	RIO BRANCO	Urbana	ESC IZA MELLO
145	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOAO MARIANO DA SILVA
146	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF TEREZINHA MIGUEIS
147	RIO BRANCO	Urbana	ESC MARILDA GOUVEIA VIANA
148	RIO BRANCO	Urbana	ESC JOELMA OLIVEIRA DE LIMA
149	RIO BRANCO	Urbana	ESC DR PIMENTEL GOMES
150	RIO BRANCO	Urbana	ESC HENRIQUE LIMA
151	RIO BRANCO	Urbana	ESC TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
152	RIO BRANCO	Urbana	ESC FABRICA DE ASAS URSFOC
153	RIO BRANCO	Urbana	ESC LOURIVAL SOMBRA PEREIRA LIMA
154	RIO BRANCO	Urbana	ESC NEUTEL MAIA
155	RIO BRANCO	Urbana	ESC DR JOAO BATISTA AGUIAR
156	RIO BRANCO	Urbana	ESC RAIMUNDO HERMINIO DE MELO
157	RIO BRANCO	Urbana	ESC EDILSON FACANHA
158	RIO BRANCO	Urbana	ESC DR MARIO DE OLIVEIRA
159	RIO BRANCO	Urbana	ESC PRESBITERIANA JOAO CALVINO
160	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF HELOISA MOURAO MARQUES
161	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF JOSE RODRIGUES LEITE
162	RIO BRANCO	Urbana	ESC LOURIVAL PINHO
163	RIO BRANCO	Urbana	ESC COLEGIO ACREANO
164	RIO BRANCO	Urbana	ESC COLEGIO ESTADUAL BARAO DO RIO BRANCO
165	RIO BRANCO	Urbana	ESC THEODOLINA FALCAO MACEDO
166	RIO BRANCO	Urbana	ESC ANTONIA FERNANDES DE FREITAS
167	RIO BRANCO	Urbana	ESC ZULEIDE PEREIRA DE SOUZA
168	RIO BRANCO	Urbana	ESC DJALMA TELES GALDINO
169	RIO BRANCO	Urbana	ESC RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA
170	RIO BRANCO	Urbana	ESC PAULO FREIRE
171	RIO BRANCO	Urbana	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES
172	RIO BRANCO	Urbana	ESC SERAFIM DA SILVA SALGADO
173	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF MARINA VICENTE GOMES
174	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF PEDRO MARTINELLO
175	RIO BRANCO	Urbana	ESC ELOZIRA DOS SANTOS THOME
176	RIO BRANCO	Urbana	ESC PADRE DIOGO FEIJO
177	RIO BRANCO	Urbana	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II
178	RIO BRANCO	Urbana	CENTRO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS
179	RIO BRANCO	Urbana	ESC LEONCIO DE CARVALHO
180	RIO BRANCO	Urbana	ESC FREI HEITOR MARIA TURRINI
181	RIO BRANCO	Urbana	ESC PADRE CARLOS CASAVECCHIA
182	RIO BRANCO	Urbana	ESC PROF BERTA VIEIRA DE ANDRADE
183	RIO BRANCO	Urbana	ESC TECNICA EM SAUDE MARIA MOREIRA DA ROCHA
184	RIO BRANCO	Urbana	ESC INSTITUTO SAO JOSE
185	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC VITORIA REGIA
186	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC ROSALINA DA SILVEIRA
187	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC BELA UNIAO
188	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC SAO JOSE IV
189	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC NOVA JERUZALEM II

190	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC MARIA JOSE BEZERRA DOS REIS
191	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC RAIMUNDO HERMINIO DE MELO II
192	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC PROF MARIA AUXILIADORA CUNHA QUEIROZ
193	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC PADRE CARLOS CASAVEQUIA
194	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC BOM DESTINO
195	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC ELZIRA ANGELICA DO NASCIMENTO
196	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC BOA VISTA
197	SENADOR GUIOMARD	Rural	ESC SAO FRANCISCO DE ASSIS II
198	SENADOR GUIOMARD	Urbana	ESC PROF DIVA PEREIRA DE SOUZA
199	SENADOR GUIOMARD	Urbana	ESC VEIGA CABRAL
200	SENADOR GUIOMARD	Urbana	ESC SANTO IZIDORO
201	SENADOR GUIOMARD	Urbana	ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO
202	SENADOR GUIOMARD	Urbana	ESC CIVICO MILITAR ALDACI SIMOES DA COSTA

4.3 IMPORTANTE: Durante o Ano letivo pode ser acrescentado outras escolas conforme necessidade da SEE, nos municípios de Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro

5. DAS AMOSTRAS:

5.1 A critério da Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar poderá ser solicitado amostra dos gêneros alimentícios para análise tanto pela equipe técnica da Divisão de Nutrição Escolar, como também por órgão ou entidade indicada pela SEE, sendo emitido a partir da análise parecer técnico ou laudo.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado o contrato de acordo com a legislação vigente.

6.2 A SEE convocará os credenciados para assinar o CONTRATO, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação para comparecer à Secretaria de Estado de Educação e Cultura, sob pena de decair o direito à contratação.

6.3 O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela selecionada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SEE.

6.4 O prazo de vigência do contrato será contada a partir da data de assinatura do Termo de Contrato até o término do exercício financeiro;

6.5 A aquisição dos produtos descritos somente poderá ser efetivada após a assinatura do contrato;

6.6 A entrega dos produtos descritos, serão em conformidade com as necessidades das escolas, e solicitados através do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada entrega, conforme quantitativo especificado nas guias de entrega e/ou ordens de fornecimento;

7.2 O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo fiscal/gestor do contrato responsável pela análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

7.3 Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE;

7.4 Os valores a serem pagos pela Contratante corresponderão exclusivamente aos gêneros alimentícios comprovadamente entregues pela contratada.

7.5 O pagamento será realizado por meio de Cartão PNAE, mediante apresentação de documentação fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7.6 É exigência que a contratada possua máquina que permita o pagamento por cartão bancário.

7.7 No caso do Pagamento com Recursos Próprios do Estado (1.500.0100), mesmo será realizado após a emissão de empenho.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Além das obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021 são obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 A Contratada deverá comunicar a SEE, no prazo de até 24 horas, a existência de problemas para execução do contrato.

8.1.2 Entregar os produtos de acordo com o cronograma de distribuição e requisições emitidas pela Divisão de Logística da Alimentação Escolar.

8.1.3 Entregar comprovante que contenha a identificação do produto, quantidade, valor unitário e valor total no momento da entrega dos produtos.

8.1.4 Entregar os produtos com qualidade adequada e próprios para o consumo, isentos de qualquer espécie de odor ou sabor estranho, enfermidade, lesão que afete sua aparência e utilização.

8.1.5 Priorizar nas entregas, sempre que possível, dos gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos.

8.1.6 Priorizar os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega do produto.

8.1.7 Guardar os termos de entregas dos produtos.

8.1.8 Controlar e respeitar o limite de contratação individual (DAP) / ano, em conformidade com o Edital.

8.1.9 A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência, às cláusulas contratuais e, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverá dirimir qualquer dúvida que vier a acontecer atinente execução do objeto deste Termo de Referência.

8.1.10 A CONTRATADA será responsável pela observância de toda Legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência.

8.1.11 Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público, inclusive quanto a regularidade fiscal.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 A CONTRATANTE exercerá ao seu critério, através do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar, a gestão do contrato, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão do objeto do contrato, por pessoas habilitadas;

9.2 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.3 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato;

9.4 Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio;

9.5 Fiscalizar a entrega e comunicar possíveis irregularidades à CONTRATADA;

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 O critério da SEE, a presente chamada pública poderá ser:

10.1.1 Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

10.1.2 Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

10.1.3 Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

10.2 A SEE poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento;

10.3 O CONTRATADO é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

10.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação designada pela SEE, que decidirá com base na legislação em vigor;

10.5 Decairá do direito de impugnar, perante a administração, os termos do presente edital de chamada pública aquele que, tendo aceitado sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, que viciariam hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

10.6 A Comissão reserva-se ao direito de proceder a diligências, a fim de que todas as informações prestadas pelas concorrentes sejam conferidas, restando assim, comprovada a origem e veracidade das mesmas;

10.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do concorrente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão do projeto de venda, durante a realização da sessão pública.

Francisca Arcanja de Araújo Pereira
Chefe do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar
Portaria 048/GAB/SEE/2023



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA ARCANJA DE ARAÚJO PEREIRA, Chefe de Departamento**, em 13/09/2024, às 14:35, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0012448732** e o código CRC **A7D9D705**.

Referência: Processo nº 0014.015399.00222/2024-18

SEI nº 0012448732

Criado por sthefanne.henry, versão 10 por arcanja.pereira em 13/09/2024 14:34:58.

ANEXO II (ENVELOPE II)

MODELO DE INDICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO(S) ITEM (NS) OBJETO DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PERECÍVEIS) – PROJETO DE VENDA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE VENDA DE ATENDIMENTO AO EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº _____ /						
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO INFORMAL/FORNECEDOR INDIVIDUAL						
1. Nome do Proponente			2. CPF			
3. Endereço				4. Município / UF		
5. E-mail			6. DDD / Fone		6. CEP	
7. DAP ou CAF Física (Fornecedor Individual)		8. Banco	9. Agência Corrente		10. Nº da Conta corrente	
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC (SOMENTE PARA GRUPO INFORMAL CASO HAJA ENTIDADE EXECUTORA)						
1. Nome da Entidade				2. Município / UF		
3. Endereço				4. DDD / Fone		
5. E-mail						
III – FORNECEDORES PARTICIPANTES (SOMENTE PARA GRUPOS INFORMAIS)						
Nome do Agricultor	CPF	DAP/CAF	BANCO	Nº da Agência	Nº da Conta Corrente	
IV - RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1. IT	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição (R\$)		6. Cronograma de Entrega dos produtos
				5.1. Unitário (R\$)	5.2. Total (R\$)	
Obs.: * Preço Publicado no Edital nº _____ / (o mesmo que consta na Chamada Pública)						
OBS.: A indicação da escola não é garantia de que a mesma será atendida pelo produtor, sendo dado preferência, quando possível, porém as entregas ocorrerão conforme previsto nas guias de entrega repassado à contratada pelo Departamento de Alimentação Escolar - DEANE, em atenção ao item 4 deste edital.						
Nome da(s) Escola(s) que Pretende Fornecer: _____ _____ _____ _____						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone / E-mail	

• MODELO DO PROJETO DE VENDA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE VENDA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº _____/						
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES GRUPO FORMAL						
GRUPO FORMAL						
1. Nome do Proponente				2. CNPJ/CPF		
3. Endereço				4. Município / UF		
5. E-mail				6. DDD / Fone	7. CEP	
8. Nº DAP/CAF Jurídica/ DAP/CAF Física (Grupo Informal)		9. Banco		10. Agência Corrente	10. Nº da Conta corrente	
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP/CAF Física		
15. Nome do Representante Legal			16: CPF		17. DDD/Fone	
18. Endereço				19. Município/UF		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade				2. Município / UF		
3. Endereço				4. DDD / Fone		
5. E-mail						
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1. IT	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição(R\$)*		6. Cronograma de Entrega dos produtos
				5.1. Unitário (R\$)	5.2. Total (R\$)	
Obs.: * Preço Publicado no Edital nº _____/ (o mesmo que consta na Chamada Pública)						
<p>OBS.: A indicação da escola não é garantia de que a mesma será atendida pelo produtor, sendo dado preferência, quando possível, porém as entregas ocorrerão conforme previsto nas guias de entrega repassado à contratada pelo Departamento de Alimentação Escolar - DEANE, em atenção ao item 4 deste edital.</p> <p>Nome da(s) Escola(s) que Pretende Fornecer: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>						
<p align="center">Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.</p>						

Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone / E-mail

ANEXO III

• DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE POR DAP OU CAF/ANO.

A (razão social), inscrita no CNPJ nº ..., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de nº ... e do CPF/MF nº ..., nos termos do Estatuto Social, DECLARA que atenderá ao limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP ou CAF/ano, referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, conforme a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e suas respectiva alterações, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais documentos normativos, no que couber.

Rio Branco/AC, de de 20.....

.....
(Assinatura do Representante Legal do Grupo Formal)

ANEXO IV

• DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO DE GÊNEROS PELOS COOPERADOS

A (razão social), inscrita no CNPJ nº ..., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr...., portador(a) da Carteira de Identidade de nº ... e do CPF/MF nº ..., DECLARA, para os fins do disposto no inciso V, do artigo 36 da Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de Maio de 2020 e suas respectiva alterações, que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no Projeto de Venda.

Rio Branco/AC, de de 20.....

.....
(Assinatura do Representante Legal do Grupo Formal)

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA e a (Nome do Grupo Formal da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, Grupos Informais de Agricultores Familiares ou Fornecedor individual)

O Estado do Acre, através da Secretaria inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio do, Sr..... brasileiro, portador da CI nº.....SSP/ e do CPF nº , residente e domiciliado em , com delegação de competência fixada pelo Decreto, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa, estabelecida, inscrita no MF/CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo Sr....., (nacionalidade), (estado civil), portador(a) da CI nº....., expedida pela SSP/..., em .../.../..., e do CPF nº....., doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Chamada Pública _____/ constante do Processo nº....., nos moldes da Lei nº 11.947/2009, art. 14, art. 37 de Constituição Federal e Lei 14.133/2021, Decreto Estadual 2.634/2011, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, visando atender as necessidades dos alunos integrantes da Rede Estadual de Ensino, beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 do FNDE, nos municípios de **Rio Branco, Capixaba, Senador Guimard, Porto Acre, Acrelândia e Plácido de Castro**, para o ano letivo de 2025, de acordo com o projeto de venda apresentado na Chamada Pública nº. _____/SEE e Termo de Referência, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto deste CONTRATO o valor global de R\$..... (.....), conforme indicação de participação do(s) item (ns) indicados no Edital de Chamada Pública _____/

No valor ajustado no caput desta Cláusula estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA

A vigência contratual dar-se-á de sua assinatura com término dentro do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto deste CONTRATO deverá ser entregue na forma estabelecida no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada entrega, conforme quantitativo especificado nas guias de entrega e/ou ordens de entrega;

O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo fiscal/gestor do contrato responsável pela análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da **CONTRATANTE**;

Os valores a serem pagos pela Contratante corresponderão exclusivamente aos gêneros alimentícios comprovadamente entregues pela contratada.

O pagamento será realizado por meio de Cartão PNAE, mediante apresentação de documentação fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

É exigência que a contratada possua máquina que permita o pagamento por cartão bancário.

No caso do Pagamento com Recursos Próprios (Fonte 1.500.0100) será através de empenho.

Para realização dos pagamentos por cartão bancário, será necessário que a contratada possua máquina que permita o pagamento por cartão.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA entregará, no protocolo da CONTRATANTE, no mínimo duas vias da Nota Fiscal/Fatura referente ao objeto deste CONTRATO, fazendo constar, obrigatoriamente, número da Ordem de Compra, nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente.

Parágrafo Segundo

A Nota Fiscal / Fatura deverá ser encaminhada a CONTRATANTE com a seguinte identificação:

- ÓRGÃO CONTRATANTE.....
- PROTOCOLO GERAL – TÉRREO

• Endereço completo:

• CEP:

Parágrafo Terceiro

No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa, bem como o recolhimento do ICMS da diferença da alíquota interna e interestadual, quando for o caso de contribuinte cujo domicílio fiscal não seja o Estado do Acre.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Além das obrigações resultantes da Lei nº 14.133/2021 são obrigações da CONTRATADA:

- a) A Contratada deverá comunicar a SEE, no prazo de até 24 horas, a existência de problemas para execução do contrato.
- b) Entregar os produtos de acordo com o cronograma de distribuição e requisições da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.
- c) Entregar comprovante que contenha a identificação do produto, quantidade, valor unitário e valor total no momento da entrega dos bens.
- d) Entregar os produtos com qualidade adequada e próprios para o consumo, isentos de qualquer espécie de odor ou sabor estranho, enfermidade, lesão que afete sua aparência e utilização.
- e) Priorizar nas entregas, sempre que possível, os gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos.
- f) Priorizar os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega do produto.
- g) Guardar os termos de entregas dos produtos.
- h) Controlar e respeitar o limite de contratação individual (DAP ou CAF - Cadastro do Agricultor Familiar) / ano, em conformidade com o Edital.
- i) A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência, às cláusulas contratuais e, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverá dirimir qualquer dúvida que vier a acontecer atinente execução do objeto deste Termo de Referência.
- j) A CONTRATADA será responsável pela observância de toda Legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência.
- l) Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público, inclusive quanto a regularidade fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - A CONTRATANTE exercerá ao seu critério, através do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar - DEANE, a gestão do contrato, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão do objeto do contrato, por pessoas habilitadas;

II - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

II- Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato;

IV - Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio;

V - Fiscalizar a entrega e comunicar possíveis irregularidades à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO E DIREITOS

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà, necessariamente, a cláusula “Não à Ordem”, retirando -lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se a CONTRATANTE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia,

inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, a CONTRATANTE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o Certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o Certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,

V- com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Federal nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 1999;

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências previstas Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

O presente contrato poderá ser rescindido por conveniência administrativa, conforme o disposto no § 7º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições previdenciárias que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO ou seu objeto, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA _____/, que deu origem a este contrato e o PROJETO DE VENDA apresentado pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento específico do:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DE DADOS

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Todos os dados registrados pela CONTRATADA estarão à disposição da CONTRATANTE, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

_____/AC, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

Minuta de CT Elaborada por:
Jardesson Silva Araújo
Divisão de Compras e Licitações
Matrícula n.º 9443002-1

Revisada/Aprovada por:
JÚLIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA
Chefe da Divisão de Compras e Licitação
Portaria/SEE nº 2770/2024